
Genette, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Tradução de Álvaro Faleiros. Cotia/SP: Ateliê, 2009, 372 p.

Em 1987, Gérard Genette publica *Seuils*, obra que rapidamente se tornará uma importante referência na área, devido às novidades dos conceitos desenvolvidos a respeito das práticas que acompanham a produção e a recepção de um texto. Somente 22 anos

após esta publicação, a Ateliê Editorial publica, na cuidadosa tradução de Álvaro Faleiros, uma versão em português brasileiro. Não obstante a distância temporal entre a publicação na França e a tradução brasileira, acredita-se que a obra é ainda muito útil, pois trata de um assunto ainda hoje bastante atual, ou seja, analisa os textos de acompanhamento de uma obra, os chamados paratextos, ou seja: informações sobre o autor, notas da edição, glossário, bibliografia, prefácios, posfácios, notícias de apresentação, ci-

tações, referências existentes etc.

O livro, com treze capítulos, apresenta uma breve introdução em que Genette define paratexto como “aquilo por meio de que um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e de maneira mais geral ao público. Mais do que um limite ou uma fronteira estanque, trata-se aqui de um *limiar* [...] que oferece a cada um a possibilidade de entrar, ou de retroceder” (p. 9-10).

Assim, no primeiro capítulo, Genette trata do conceito de Peritexto Editorial, que é caracterizado como uma *zona* espacial onde se encontram todos aqueles elementos que apresentam o livro: capa, página de rosto e anexos, o formato, composição, tiragens etc.. Trata-se da realização material do livro, cuja responsabilidade cabe principalmente ao editor.

No segundo capítulo, “O Nome de Autor”, Genette, através vários exemplos, comenta a mudança de lugar da inscrição, no peritexto, do nome do autor. O autor francês mostra como antigamente o nome do autor se encontrava no interior do texto,

mas hoje é colocado na capa. Além disso, o ele trata das três possíveis maneiras para o autor se apresentar na própria obra: ou o autor *assina* com seu verdadeiro nome (onimato) que representa o caso mais frequente, ou *assina* com nome fictício, emprestado ou inventado (pseudonimato), do qual existem vários tipos: anonimato, apócrifo, apócrifo consentido, plágio, plágio consentido, autor suposto; ou, em fim, não *assina* de forma alguma, e se trata de anonimato. As reflexões que levam os autores a escolher entre essas possibilidades refletem a complexidade da decisão, sinônimo, em alguns casos, de vaidade ou humildade.

No terceiro capítulo, Genette aborda a questão dos Títulos, analisando, não somente as diferentes definições que os caracterizam, mas também o lugar, o momento de aparecimento, os destinadores (na maioria das vezes autor e editor) e os destinatários, já que, segundo as palavras do autor “o público não é o conjunto ou a soma dos leitores [...] é uma entidade de direito

mais vasta do que a soma de seus leitores que engloba, às vezes muito ativamente, pessoas que não o lêem necessariamente, ou não o [livro] lêem todo, mas que participam de sua difusão e, portanto, de sua “recepção” (p. 71). Ademais, o título de um livro é dirigido para muito mais gente que, por um meio ou por outro, o recebe e transmite e, desse modo, participa da sua circulação” (p. 72). Ainda, ao longo desse capítulo, são discutidas as funções temática ou remática e a designação, bem como a definição de indicação genérica, anexo ao título.

O quarto capítulo começa com a definição do termo *prê-re d`insérer* que é um dos elementos mais característicos do paratexto. Genette assinala que a função desse elemento paratextual mudou ao longo do século XIX e XX. Começou como um encarte impresso e enviado para os jornais para publicizar o livro, cujo destinador era o editor, em seguida se tornou um breve resumo da obra (publicado pelos próprios jornais) destinado à crítica e logo depois ao público. O

release moderno situa-se na capa ou na orelha do livro, tornando-se menos acessível.

Continuando o percurso dos paratextos, o estudioso francês analisa as dedicatórias, cujas origens remontam à Roma antiga. Genette distingue entre dedicatória da obra e dedicatória de exemplar. Se antigamente a dedicatória fazia parte das fontes de renda do escritor, a situação mudou e perdendo a sua função “econômica” e de prefácio, a epístola dedicatória assumiu aquela de elogio, colocada no começo do livro e não é sempre o autor o dedicador, mas no caso de obras traduzidas, pode ser o mesmo tradutor.

No capítulo dedicado às Epígrafes, Genette a define como: [] “uma citação colocada em ‘exergo’, em destaque, geralmente no início de obra ou de parte de obra” (p. 131). Embora a prática antiga colocava a epígrafe na página de rosto, hoje em dia o local comum é geralmente a primeira página para após a dedicatória, mas antes do prefácio. O *epigrafo*, autor real ou putativo da

dita citação pode ser alógrafo, ou autógrafo, isto é, atribuído ao próprio *epigrafador*, quem escolhe e propõe a citação, que não é sempre o autor, mas pode ser também o herói-narrador ou mesmo o editor. O epigrafário representa, em fim, o destinatário da epígrafe que é sempre o da obra mas nem sempre é o seu receptor. As principais funções deste paratexto são, segundo a concepção do Genette, de esclarecimento, justificativa do título; comentário do texto; e de sagração do autor.

Genette introduz o capítulo dedicado à *instância prefacial* definindo prefácio “toda espécie de texto liminar (preliminar ou pós-liminar), autoral ou alógrafo, que consiste num discurso produzido a propósito do texto que segue ou que antecede” e posfácio, “uma variedade do prefácio” (p. 145). A vastidão da sua definição abrange várias possibilidades, dependendo do momento da sua composição, do papel do seu autor e da sua autenticidade. Além disso, é interessante destacar que no período que o autor chama de

“pré-história”, que vai de Homero a Rabelais, a função prefacial ocupava o interior da obra, sendo inserido nas primeiras páginas. Se determinar o destinatário da obra é complicado, é muito mais simples definir o destinatário que corresponde ao leitor do texto. Além do prefácio original, existem ainda prefácios posteriores, tardios, alógrafos, actorais, ficcionais, autorais degenerativos, autorais fictícios, alógrafos fictícios, e espelhos.

O décimo capítulo introduz o conceito de intertítulo que, sendo um título interno, não resulta indispensável. Nas maiorias das epopéias medievais este elemento não era contemplado, sendo mais específico de textos não unitários como poemas e novelas. Na prática o título é para o livro, o intertítulo para as suas seções e existe uma intitulação remática em oposição à temática. Nesse capítulo, encontram-se vários exemplos esclarecedores desde o *Decamerone* até o século XX.

No capítulo sobre as notas, Genette mostra a sua importância desde a Idade Média, quando se

chamava *glosa* e cercava o texto. Passou depois a ser nomeada, na França, de *manchettes* e ocupar as margens do texto. Foi apenas no século XVI que “o seu uso dominante se transfere para o pé de página, o rodapé” (p. 282). Existe uma profunda relação entre notas e prefácios e isso resulta evidente quando encontramos no texto do Genette a distinção entre notas originais, posteriores e tardias. Até os possíveis destinatários dos dois elementos são os mesmos. As funções das notas são múltiplas, entre as principais encontramos: definições ou explicações de termos usados no texto, referências de citações, indicações de fontes.

Os dois últimos capítulos são dedicados à análise do epitexto que o leitor descobrirá ser o elemento paratextual “que não se encontra anexado materialmente ao texto no mesmo volume, [] o lugar do epitexto é, pois, *anywhere out of the book*, em qualquer lugar fora do livro” (p. 303). Genette distingue entre epitexto público e privado para

uma melhor classificação deste elemento paratextual. Fazem parte do epitexto público entrevistas, conversas, colóquios, debates e autocomentários tardios. Do privado fazem parte correspondências, confidências orais, diários íntimos que “como todas as mensagens paratextuais mencionadas até agora, é uma mensagem intencional e persuasiva” (p. 348). A distinção entre o epitexto público e o privado leva o leitor até a conclusão da obra em que o autor, depois de traçar esse longo percurso sobre o paratexto, insiste em afirmar que a principal função do paratexto é funcional e não estética. Mas, reconhecer os elementos paratextuais em um texto torna a leitura mais produtiva, pois ilustram as intenções iniciais do autor e/ou editor, o objetivo a ser atingido pela publicação, pois como vimos, na concepção do estudioso francês, o paratexto representa mesmo uma extensão da obra.

Nicoletta Cherobin
UFSC